

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 28 DE AGOSTO DE 2001

Senhor Presidente interino do Senado Federal, Edson Lobão; Companheiro Aécio Neves, que é o Presidente da Câmara dos Deputados; Senhor Ministro Raul Jungmann; Senhores Governadores que nos dão a honra da presença, o Zeca do PT e Joaquim Roriz; Senhores Parlamentares, Líderes, Senadores, Funcionários; Senhoras e Senhores,

O Ministro Raul Jungmann, há pouco, quando descíamos pelo elevador, me disse que eu iria, mais uma vez, dizer que, depois dele, ele não deixaria nenhum espaço para eu falar e que, desta vez, seria pior. Foi. Ele, hoje, ganhou a Palma de Ouro realmente.

E me recordo que uma das vezes em que o Ministro Raul fez um discurso aqui eu disse que o discurso dele era um discurso *fleuve*, um rio grande, que vai entrando em tudo, que vai se espraiando e inunda as terras. Só que, naquele tempo, era, realmente, um discurso *fleuve*, ou seja, ia de um tempo para o outro, voltava. A vontade era tanta de acertar as coisas que ele nos fazia navegar por águas perigosíssimas e, às vezes, encalhava.

Agora, não. O discurso de hoje foi um discurso de quem cumpriu uma missão política da maior importância. E não preciso repetir o que ele já disse aqui, que esta Lei tem um significado realmente histórico pelas razões que o Ministro Raul mostrou.

Eu gostaria apenas de fazer dois comentários. Um sobre a parte final do discurso dele, em que o Raul disse que o nosso caminho, o caminho escolhido pelo Brasil foi o caminho das reformas, reformas e mais reformas, dentro da ordem democrática. Não é algo habitual. É muito difícil reformar sempre. E reformar dentro da ordem democrática implica uma capacidade de convencimento e de negociação muito grande. Mas reformar uma estrutura que era fundamento da desigualdade no Brasil no campo, mais difícil ainda.

Ele, aqui, de passagem, mencionou o rito sumário. E me fez recordar as nossas discussões na Constituinte, posto que fui constituinte – e, aqui, alguns de nós aqui presentes fomos constituintes. E, naquela ocasião, era quase impossível tocar-se no tema da reforma agrária. Foi a reforma agrária que causou as maiores divisões na Constituinte. Era chamada de “buraco negro”, que significa o seguinte: ficou, pela regra regimental, um ciclo permanente de “Câmara, Senado; Senado, Câmara”, porque não se chegava a nenhum entendimento e não se podia fechar uma votação. Aquilo tinha sido, realmente, o divisor de águas na Constituinte. E não conseguimos avançar suficientemente.

Quando, mais tarde, já no meu Governo, iniciamos um processo de modificação progressiva das regras que davam sustentação ao latifúndio, que permitiam a existência desses abusos que foram descritos pelo Ministro e que impediam um acesso mais amplo à terra, muito pouca gente acreditou. Primeiro, porque se dizia que o Congresso não seria capaz de mudar as leis agrárias, porque havia o latifúndio, e o latifúndio era o sustentáculo do poder político no Brasil. Só que já não era mais. Já não era mais, já tinha deixado de ser e era preciso que houvesse a coragem para cortar alguns nós que ainda davam a impressão de estar o país inteiro preso a esse passado e levar adiante as modificações institucionais que poderiam permitir um avanço social efetivo.

Quando se falou do rito sumário, isso tinha sido, na Constituinte, uma batalha imensa e perdida. O Congresso aprovou o rito sumário. O Congresso aprovou a presença do Ministério Público no acompanhamento dos casos de invasão de terra, de desapropriação de terra, e por aí foi. O Congresso foi aprovando tudo aquilo que parecia impossível.

Os mais velhos, como o Professor Juarez Brandão Lopes, que aqui está presente, se lembrarão do tempo mais recuado, antes da Constituinte, que foi no período dos anos 50, e todas as lutas a respeito da questão das reformas de base, quando vieram as idéias de que precisávamos entrar na desapropriação de terras. Isso derrubou um Presidente. A mobilização principal, na época em que houve a destituição do Presidente João Goulart, foi ao redor das reformas de base e da questão da reforma agrária e aparecia como alguma coisa absolutamente subversiva, revolucionária – derrubou um Presidente.

Pois bem, o Brasil talvez não tenha percebido, mas, nesses anos, modificamos tudo, como o Ministro Raul Jungmann mostrou agora. Tudo, absolutamente tudo, no que diz respeito às estruturas: agora, da propriedade fundiária; antes, do acesso à terra; depois, da assistência àqueles que são colocados na terra. Agora, a batalha é tornar os produtores rurais familiares independentes.

Virou-se uma página da história. Está-se virando. A história é lenta nos seus movimentos porque é muito densa. Está-se virando. Mas, efetivamente, estamos virando uma página da história brasileira.

Essa página não se virou apenas porque houve decisão do Congresso, vontade política do Executivo, apoio de segmentos da sociedade, mas porque houve movimentos sociais que prestaram uma cooperação grande. Mesmo quando esses movimentos, eventualmente, tenham se excedido – e me refiro ao MST –, mesmo havendo se excedido, ele prestou uma cooperação à mudança da sociedade brasileira. Mesmo achando que o Governo não faz nada, é neoliberal, é isso, é aquilo, o Ministro não faz nada, o Presidente, nem se fala, é um “bicho-papão”. Não tem importância. São cegos para a história, mas não são cegos para os interesses imediatos de muita

gente que precisa de uma ação rápida. E não foi só o MST. São muitos movimentos sociais.

Mesmo aqueles documentos, alguns da Pastoral da Terra, altamente – eu até diria – injustos, alguns baseados em dados profundamente equivocados, nunca reconheceram o óbvio. Não obstante, ajudaram para que o óbvio pudesse existir.

A sociedade se transforma na democracia desta maneira. É por isso que fiz alusão ao fato de que nós, para podermos implementar reformas, tínhamos, como tivemos e como fizemos, de ampliar o leque de alianças políticas para dar sustentação às reformas. Porque, se não houvesse um leque de alianças políticas amplo, não haveria possibilidade alguma de reforma.

E os que pretendem reformar sem se dar conta do que é a democracia, sem entender essa necessidade de uma ampliação de apoios e a busca de convencimento, ou não vão reformar ou terão de quebrar a ordem legal, o que não é aconselhável, porque não conseguirão.

A reforma, hoje, vem casada com a democracia. E essa concepção, que preside esse momento de transformação do Estado brasileiro, da sociedade brasileira, é que está sendo, hoje, aqui, comemorada, através de um momento específico, que foi a transformação dessa questão das leis fundiárias.

Isso é importante de se sublinhar, de notar e de mostrar. Quem sabe, assim, as pessoas que ainda não viram as mudanças que estão ocorrendo e que não percebem o novo, no Brasil, que corresponde a um novo momento da história, tenham um pouco mais de horizonte para compreender e não sejam tão ou injustas, ou ingênuas e tão, às vezes, contrárias ao movimento da história, porque não ajudam esse processo, senão que tratam de desqualificá-lo. Seria bom que houvesse uma reflexão para que pudéssemos somar mais força a esse esforço de modificação da sociedade brasileira.

Mas a verdade é que, com isso, está demonstrado aquilo que, com certa ousadia, nós dissemos há alguns anos, uns poucos anos: “O latifúndio, no Brasil, é um tigre de papel.” Era de papel. E foi rasgado. Rasgado pela Corregedora da Amazônia, rasgado pelo es-

forço do Ministro Jungmann, rasgado pelo Congresso Nacional. Porque, sem dúvida alguma, a anulação da titulação de noventa e poucos milhões de hectares de terra nunca foi feita na história, nem sequer, provavelmente – porque não era o caso – nos países que fizeram revolução para obter a terra.

E eu me recordo, ainda recentemente – o Ministro Raul estava lá –, quando Fidel Castro estava num encontro na Venezuela e nós dissemos a ele que havíamos desapropriado – aí não os do papel, mas alguns que não eram só de papel, mas, de fato, terras ocupadas – 20 milhões de hectares de terra, que correspondem a, pelo menos, duas Cubas, num período de tempo de cinco anos, e pusemos lá 500 mil famílias vivendo nessas terras.

E, agora, estamos usando, só este ano, 4 bilhões de reais num programa que não existia, chamado Pronaf–Programa Nacional de Agricultura Familiar, que é para dar sustentação àqueles que estão na terra para que eles se transformem, efetivamente, em produtores rurais.

E assinalou muito bem o Ministro Raul Jungmann aqui a modificação da própria demanda do movimento social, que, hoje, muitas vezes o que ele deseja não é terra, é crédito, quando não é outra coisa: é não pagar o crédito já concedido; é prorrogação do prazo de pagamento do crédito. Portanto, mudou qualitativamente a natureza mesma da demanda.

Ainda existem famílias que necessitam de terra. Ainda hoje, conversando com o Governador Zeca do PT, estávamos vendo – e vamos fazer – que lá, em Mato Grosso do Sul, ainda temos 6 mil famílias acampadas. Mas como estão acampadas hoje? Com cesta básica, com proteção, com apoio governamental e à espera de que se encontre um pedaço de terra útil para essas famílias. Estamos desapropriando algumas dessas grandes propriedades rurais de Mato Grosso do Sul para assentar essas famílias nessa terra. Obviamente, haverá, em todos os estados, famílias que ainda esperam terra. Mas essas famílias, hoje, já não são famílias sem esperança, porque sabem que outras 500 mil famílias já receberam o seu lote e já estão produzindo na sua terra.

Temos muitos problemas, entre os quais o de transformar muitos desses que recebem a terra em produtores efetivos, posto que a transição propriamente camponesa no Brasil é restrita e quase se limita aos estados do Sul do Brasil e que, agora, estão se espalhando por outros estados. E há todo um sistema de reaprendizagem.

Mas, mais importante do que isso: não se trata apenas de dar a terra, nem se trata apenas de dar a semente e o apoio técnico. É preciso dar a educação. Estamos construindo escolas nesses assentamentos e estamos vendo que isso tem efeito até mesmo no que diz respeito, depois, à saúde, ao controle da natalidade, à questão da mortalidade infantil, a um conjunto muito grande de indicadores que dizem respeito ao bem-estar social da população.

Portanto, eu queria chamar a atenção – apenas enfatizar – para esse fato já mostrado pelo Ministro Raul Jungmann de que vivemos um momento dos mais raros de mudança social no Brasil. E me cansei já de ouvir dizer que este Governo só presta atenção à estabilidade, à economia e aos bancos, quando, na verdade, estamos fazendo uma transformação social como eu duvido que tenha sido feita em qualquer outro período da história, dentro da democracia, mantida a paz e mantida a integridade das instituições. Poucos períodos, eu diria, da história republicana, poucos períodos se equivalem a estes últimos sete anos, oito anos, em que não tivemos, aqui no Brasil, qualquer crise. Nem crise com o Congresso, nem crise com as Forças Armadas, nem movimento social que pusesse em risco o que quer que fosse, nem greves que não pudessem ser controladas. Nenhuma crise, nesses anos todos de profunda transformação.

Isso se deve a esse fato de que criamos uma base ampla de apoio político. E, quem sabe, tenhamos ainda capacidade de mostrar à sociedade, com mais força, o que já se fez, porque tenho a impressão de que a sociedade ainda não está desperta, direi eu assim, para o conjunto das transformações que estão se processando no Brasil.

Mas eu disse que faria dois comentários. O segundo comentário é o seguinte: essas transformações não se fazem também sem competência. Quero dizer que o Ministro Raul Jungmann e sua equipe – e

sua equipe eu estendo a todos os citados e os que não foram citados – têm demonstrado uma competência extraordinária. Extraordinária mesmo, porque a competência não é apenas uma competência técnica. Em um processo de mudança social, a competência é sempre política. É a competência do esclarecimento. É a paciência para ouvir. É a compulsão para repetir. É o sentimento de missão, de que as coisas não podem ser apenas burocraticamente decididas. Elas têm que ser, com entusiasmo, implantadas. A equipe do Ministro Raul Jungmann e ele próprio à frente têm um entusiasmo inexecdível.

Já tive a oportunidade de dizer, alguns anos atrás, até da minha surpresa de ver a capacidade do Inca de realizar transformações. Pois quero renovar meus agradecimentos a todos os funcionários do Inca, que, em outra época, foi tão mal falado e que, na verdade, demonstrou que, havendo liderança, havendo motivação, este órgão, como muitos outros órgãos da administração pública brasileira, é capaz, como são os outros capazes, de renascer e de realizar as grandes transformações necessárias.

Finalizo dizendo o seguinte: no fundo, esta luta que o Ministro Raul Jungmann empreendeu e todos nós, em conjunto, empreendemos, que é uma luta por transformações sociais, só pôde ser feita também porque a sociedade brasileira avançou muito, muito mais do que se registra. E esse avanço tem muitas dimensões, entre as quais um certo avanço, eu diria, até tecnológico. Hoje, podemos ter bases de dados que se cruzam. Hoje, temos a capacidade de manejar a informação, como nunca foi possível na nossa história. E, com isso, estamos fazendo uma sociedade mais transparente, um Estado mais transparente.

Toda essa onda a respeito de corrupção é muito positiva, porque lutar contra a corrupção é fazer o que estamos fazendo aqui: é lutar mesmo, mudando as condições de repetição da corrupção. Estamos destruindo, como aqui foi destruído, através da quebra da capacidade que o cartório tinha, arbitrariamente, de assegurar a terra, estamos destruindo as fontes da corrupção, sem perdoar aqueles indivíduos que, eventualmente, tenham incorrido na corrupção. Temos

ido além da pura denúncia da pessoa, do puro – pasmem –, às vezes, gozo malsão de ver que mais um é ladrão.

Estamos além disso. Estamos criando condições para que não exista a possibilidade da roubalheira, para que não exista mais a possibilidade de uma corrupção que, no Brasil, era sistemática, porque as estruturas brasileiras acobertavam a corrupção.

Hoje, até graças a essa transparência, até graças ao acesso que a mídia tem às informações, até graças ao controle que a democracia permite, senão que exige, de tudo o que se faz, nós estamos virando outra página da história do Brasil.

E, embora muita gente fique desalentada por ver tantos espetáculos tristes denunciados pela imprensa, só ficam desalentados os que não viveram no passado e não sabem que, no passado, havia muito, e mais, e mais, e mais, só que ninguém falava. Só que, quando alguma aparecia, o Estado, o Governo era o primeiro a tratar de encobrir. Hoje, o Estado, o Governo se somam à sociedade para, dentro da lei, sem romper as instituições democráticas, mantendo a especificidade de cada um dos órgãos de Governo e as esferas de Poder – Legislativo, Judiciário e Executivo –, não encobrir nada. E permitir que tudo, então, seja corrigido, e corrigido não apenas na superfície do “pega ladrão”, mas na profundidade de uma mudança efetiva de estruturas.

O trabalho feito pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário é, ao mesmo tempo, um trabalho de transformação social e um trabalho de limpeza da vida pública brasileira, porque está criando obstáculos – eu espero que intransponíveis – para a repetição das apropriações indébitas que foram feitas no Brasil, aos borbotoes, ocupando milhões de hectares de terra indevidamente e impedindo o acesso à terra para aqueles que nela precisam viver e trabalhar.

Há, portanto, muitas e muitas razões para eu dizer, até vou usar uma expressão: eu me orgulho de ter um Ministro como Raul Jungmann. E eu posso dizer que tenho muitos Ministros dos quais eu me orgulho.

E, ao me orgulhar de ter um Ministro como o Raul, eu estou dizendo, também, a todos que colaboram com ele: eu me orgulho do Incra, eu me orgulho de vocês.

Muito obrigado.